

## A NOSSA LUTA É POR TERRA, JUSTIÇA E COMIDA PARA O POVO!

Comunicamos às autoridades competentes, poder público municipal, estadual, federal e a sociedade em geral que na noite do dia 19 de outubro de 2023 uma operação das forças de segurança do governo do estado do Tocantins invadiram o Acampamento Beatriz Bandeira que havia sido instalado recentemente às margens da TO 080, município de Marianópolis/TO, região do Vale do Araguaia. Nesta ocasião, a Polícia Militar agiu de forma truculenta utilizando-se de cassetetes, vozes alteradas e abordagens extremamente violentas contras as famílias acampadas que se encontravam no local e na ocasião levaram algemadas e presas ilegalmente 8 trabalhadores/as rurais sem terra para a Delegacia de Polícia Civil de Paraíso do Tocantins.

Repudiamos com veemência mais uma ação truculenta das forças de segurança do governo do Tocantins violando totalmente os direitos humanos dos trabalhadores rurais sem terra que buscava naquele momento se organizarem para lutar por um pedaço de terra para trabalhar e viver dignamente. São deveres do Estado a proteção, a garantia da vida e o respeito aos direitos humanos do seu povo, independentemente de raça, gênero, orientação sexual, crença e ou classe social.

As forças de segurança não podem por um lado, atuar exclusivamente em atender os interesses dos fazendeiros e setores do agronegócio e por outro lado criminalizar os trabalhadores, suas lutas impedindo as liberdades democráticas. A segurança pública é para todos e todas e não apenas para servir à um modelo de produção no campo que destrói a natureza, envenena a terra e as águas, desmata e concentra a terra e a riqueza.

Para isto, é necessário que o Estado garanta dignidade e respeito a livre organização e manifestação dos trabalhadores/as rurais sem terra, quilombolas, posseiros, ribeirinhos, extrativistas, povos e comunidades tradicionais, tendo em vista os princípios basilares do Estado Democrático de Direito, com destaque para a função social da propriedade da terra.

A paz no campo virá com a garantia do acesso à terra aos trabalhadores/as rurais sem terra e isso passa primordialmente pela retomada e destinação imediata das terras públicas da União para a reforma agrária.

Reafirmamos que as nossas vozes jamais serão silenciadas pelo autoritarismo e a nossa luta sempre será pautada pelo diálogo permanente com a sociedade, os governos e as instituições democráticas.

Palmas/TO, 20 de outubro de 2023.